A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II

LUCIANA CANDIDO CAMARGO

RESUMO

A inclusão do surdo no Ensino Fundamental tem enfrentado diversos desafios, entre eles a dificuldade de interação, comunicação entre seus pares e a ausência da capacitação de professores para trabalhar com estes alunos. A escola precisa de profissionais capacitados com formação inicial e continuada que contemple à docência e os específicos conhecimentos em relação a escolarização dos surdos. Este trabalho de pesquisa tem como principal objetivo discutir sobre a importância da formação continuada do professor para a inclusão do surdo no Ensino Fundamental II. Visando atender o objetivo principal a metodologia utilizada na construção deste estudo está pautada na técnica de coleta de dados por meio de uma investigação bibliográfica que consiste no embasamento teórico de materiais que já se tornaram público. Neste contexto, e tendo em vista as que as reformas educacionais avistam novas demandas profissionais, a formação continuada em LIBRAS surge ressignificação constante da prática docente

Palavras-chave: LIBRAS; Surdos; Inclusão; Formação continuada.

INTRODUÇÃO

O papel da audição não é somente importante como bastante complexo, pois o ouvido funciona como uma ponte entre o sistema nervoso e o mundo exterior, adaptando as informações vibratórias e fazendo a transmissão dos sinais temporais. As transformações no papel auditivo modificam consideravelmente o conceito do meio e toda construção psifisiológica do mundo pelas crianças, conforme a linguagem e o pensamento verbal são transformados e se tornam irrelevantes na construção da personalidade e na integração social da criança.

Sem a audição as pessoas perdem a mais vital das estimulações, ou seja, o som da voz que traz a linguagem e o pensamento ativo. O dia a dia da criança surda é empobrecido de sons comuns aos ouvintes, tais como o canto dos pássaros, o som das músicas, a buzina de um carro, a voz das pessoas, etc.

A prática pedagógica usada para o processo educacional dos surdos precisa de métodos diferenciados, que forneçam subsídios adequados para que os conteúdos abordados possam ser apreendidos pelos por esses alunos de modo significativo. Entretanto, mesmo sendo cada vez mais forte a necessidade de iniciativas que proporcionem a inclusão dos deficientes, os espaços escolares estão organizados para conviver com a sutil exclusão que ainda assola a Educação Básica do ensino regular.

Justifica-se a escolha do tema pelo fato de existirem poucos estudos voltados para a inclusão do aluno surdo no Ensino Fundamental II. Sendo assim, se torna de grande importância pesquisas neste contexto, sobretudo na formação continuada de professores, pois estas podem contribuir para que a inclusão do aluno se realize do melhor modo possível, tanto pelo espaço escolar, colegas, professores, como pela família e pelo meio social.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral discutir sobre a importância da formação continuada do professor para a inclusão do surdo no Ensino Fundamental II, estudando assim sobre a inclusão do surdo no Ensino Fundamental II e a importância da formação continuada.

Trata-se de um tema que representa uma possível disruptura nesse universo e, além disso, os dados obtidos poderão balizar novas pesquisas tendo em vista que é um assunto que ainda está em construção na literatura. Somado a isso a relevância dessa pesquisa, é que busca sensibilizar o leitor sobre a inclusão do surdo no Ensino Fundamental II e, deste modo, espera se conseguir demonstrar que esse assunto está distante de ser esgotado nessa pesquisa.

A INCLUSÃO DO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II

A inclusão de alunos surdos no espaço educacional tem sido alvo de vários questionamentos, em especial quando se discute sobre a inclusão destes alunos no Ensino Fundamental II. Entretanto, segundo Lacerda (2013) embora o processo de inclusão é defendido como essencial e importante, exige não apenas uma modificação na estrutura da escola, como também uma transformação nas atitudes, posturas, valores e respeitos ás diferenças.

A complexidade da educação dos surdos tem chamado a atenção dos professores, já que esses sujeitos, por sua perda auditiva, apresentam dificuldades de acesso a linguagem oral e escrita, o que acaba interferindo de modo significativo em sua socialização e em seu desenvolvimento geral. Diante disso, embora as propostas pedagógicas tenham como objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades, as diferentes práticas educacionais têm colocado uma série de limitações os levando, ao final da escolarização, o que por muito não alcançada, a não serem capazes de ler e escrever de modo satisfatório, ou terem o domínio adequado dos conteúdos

acadêmicos (LACERDA, 2013).

Segundo Honora (2015) iniciou-se na década de 1980 um movimento buscando soluções para a realidade da comunidade surda, incorporando a língua de sinais do surdo ás práticas escolares, educação bilíngue. Essa proposta educacional preconiza que o sujeito surdo deve ser exposto de maneira precoce à língua de sinais, à qual é identificada como língua passível de ser desenvolvida por esse grupo sem que haja necessidade de condições especiais de aprendizagem e, posteriormente que posteriormente seja ensinado a língua da comunidade ouvinte em este inserido, tomando como base a língua de sinais para esta aprendizagem. A implantação dessa prática exige formação de profissionais fluentes em língua de sinais e conhecedores das práticas pedagógicas de segunda língua.

A inserção do sujeito surdo no ensino regular é uma das principais políticas de inclusão. No entanto, o desempenho acadêmico e social do surdo só pode ser alcançado se na escola for contemplado sua condição cultural e linguística especial. Sendo assim, se a língua de sinais fizer presente, se torna necessário a inserção de interprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de professores surdos para a divulgação dos conteúdos pedagógicos em LIBRAS e para o processo de desenvolvimento e ensino e aprendizagem da LIBRAS pelos alunos e profissionais da escola (LACERDA, 2013).

Os desafios apresentados para a educação de surdos são diversos e tem sido objeto de vários estudos nos últimos anos, pois a história educacional desse grupo traz em seu contexto uma trajetória insatisfatória, visto que por muito tempo a surdez foi confundida como inferioridade da inteligência. Por longos séculos, os surdos foram tratados com indiferença, sendo definido pela sociedade como pessoas doentes, sofredoras, deficientes, sem cultura, etc. (MACHADO, 2016).

Diante de tantos problemas se vê a necessidade de investigar as condições e os anseios dos docentes ao se trabalhar com as necessidades dos alunos surdos nos anos finais do Ensino Fundamental, suas disponibilidades de formação continuada e apoio de uma equipe especializada no atendimento ao professor. De acordo com Silva e Cabral (2016), a formação continuada, trata-se de uma prática institucionalizada dentro do sistema de ensino, o qual tem por objetivo preparar e orientar os mesmo para exercer sua profissão. É algo que os professores vivenciam como meio de se modificar, reconstituir e aperfeiçoar.

Segundo Noronha e Coelho (2016), embora essa diversidade resulte em um referencial heterogêneo e rico, ainda pouco se fala sobre os impasses da falta de especialização dos professores, o que evidencia a necessidade de expandir as discussões sobre o assunto. Entretanto, para que de fato a inclusão ocorra, a escola deve estar preparada para receber os surdos, sempre considerando suas particularidades e se fazendo parte de um mesmo universo com diferentes bagagens, diferentes tempos de aprendizagem e limitações e, sobretudo diferentes habilidades.

DESAFIOS E PRESSUPOSTOS PARA A INCLUSÃO DO SURDO

A Educação Especial pode ser definida como a atenção educativa dada a todos aqueles indivíduos que devido a fatores genéticos, familiares, orgânicos, psicológicos e sociais, são considerados pessoas excepcionais em uma esfera concreta de sua pessoa no que tange seu intelectual, físico sensorial, psicológico ou social ou em várias delas conjuntamente. A ideia de integração de alunos especiais surgiu por fim a prática de exclusão social que os deficientes foram submetidos por vários séculos (SASSAKI, 1997).

A Educação Especial desde seu início está estreitamente vinculada com as ciências da medicina e a psicologia (BAGGIO; CASA NOVA, 2017). Assim a partir destas abordagens de cunho patológico iniciou o estudo e descrição do déficit, estabelecendo amplas e detalhadas categorias classificatórias, em função da etiologia, com o propósito em um princípio, de curar ou corrigir a situação deficitária ou patológica (modelo biomédico) e mais tarde, baseada na focagem psicológica, de adaptar as intervenções às particularidades do déficit diagnosticado e definido (SASSAKI, 1997).

Tais abordagens embasavam em uma concepção determinista do desenvolvimento e tiveram seu maior auge entre as décadas de 1940 e 1960, período em que se define e forja uma modalidade de atenção de caráter segregado, que consistiu basicamente em dar atenção educativa as crianças e jovens com deficiência em centros e escolas especiais separadas das escolas regulares. A preocupação com a inclusão social, no Brasil, passou a ser consistente no final do século XX (BAGGIO; CASA NOVA, 2017).

Durante a década de 1960, com o aparecimento do princípio de Normalização e por outro lado com a emergência e consolidação do conceito de Necessidades Educativas Especiais, no Relatório Warnock de 1978, inicia-se uma nova forma de entender a Educação Especial, e esclarece a ideia de que os fins da educação são os mesmos para todas as crianças, quaisquer que sejam os problemas decorrentes em seus processos de desenvolvimento e, em consequência, a educação fica configurada como um contínuo de esforços para responder às diversas necessidades educativas dos alunos para que estes possam atingir os fins propostos (LAPLANE, 2006).

A partir destes argumentos e, em forma progressiva o objetivo desta modalidade educativa começa a dar um giro no sentido que não só se trata de aperfeiçoar os avan-

ços no desenvolvimento da pessoa em função de sua deficiência, senão também e especialmente proporcionar um conjunto de apoios e recursos que têm de programar no sistema educativo regular para dar resposta de uma educação adequada e favorecedora do máximo desenvolvimento global (SASSAKI, 1997).

Esta mudança de perspectiva incide em uma concepção mais ampla da Educação Especial, associando com a ação educativa às pessoas de todas as idades e em âmbitos pedagógicos formais e não formais e aos poucos introduzindo uma ótica que consideram a Educação Especial e a Educação Geral como realidades separadas. Neste sentido se inicia a convergência entendendo que a educação deve ser configurada e posta a serviço dos alunos para satisfazer suas necessidades e limitações, destacando seu papel no estudo e análise dos processos de ensino aprendizagem deste grupo (SILVA, 2009).

A sociedade é composta por diferentes tipos de pessoas com as mais distintas manifestações da diversidade cultural. Embora haja essa diversidade, nota-se uma tendência do ser humano em estabelecer um padrão ideal diante dos aspectos que são comuns entre os sujeitos. A partir desse padrão, assim como por falta de informação, muitas vezes, subjuga-se, ou seja, desconsidera-se os indivíduos que se diferenciam de seus comportamentos, hábitos, aspectos físicos e linguagem, daquele padronizado pela sociedade em que estão inseridos (FERNANDES, 2012).

A voz dos surdos são os corpos e as mãos que falam, pensam, expressam e sonham. Para muitos a linguagem de sinais parece movimentos sem sentidos, mas que significam a possibilidade de estruturar pensamentos, organizar ideias e manifestar o significado da vida para esses sujeitos (ALMEIDA; VITALINO, 2012). Ao pensar e abordar sobre a surdez é preciso penetrar no mundo desses sujeitos e ouvir as mãos que, com movimentos dizem o que fazer para que seja possível o contato entre as partes envolvidas e, para tanto requer o conhecimento em linguagem de sinais. Permita-se ouvir essas mãos pois deste modo será possível mostrar aos surdos como é possível ouvir no silencia das mãos a palavra escrita (GOÇALVES; FESTA, 2013).

O surdo tem sua história marcada por julgamentos errôneos e preconceitos, entretanto, não é uma história de difícil entendimento e compreensão, a qual evolui apesar dos vários momentos impactantes. Assim, a sociedade vive-se momentos históricos que se caracterizam por mudanças, crises e turbulências, assim como também de surgimento de oportunidades (ALVES; FRASSETTO, 2015).

Atualmente a sociedade, identifica uma mescla de surdos no universo da deficiência auditiva, ou seja, alguns que usam aparelhos e falam que não usam aparelho e são sinalizados, outros que não falam e não usam aparelhos, temos surdos que são cegos ou os que possuem todas as características citadas. Dentro dessa diversificação de surdez, entende-se que todas as formas para alcançar a comunicação são válidas (FRIAS, 2017).

Em suma busca-se uma comunicação sem ruídos, uma comunicação perfeita, seja surdo ou ouvinte, além disso, mesmo os surdos que aprenderam a falar que não utilizam a LIBRAS, têm buscado aprender a língua. Observa-se assim que a sociedade está se preparando para aceitar o surdo como uma pessoa normal em vários aspectos. Por outro lado, os desequilíbrios psicológicos e neurológicos encontrados num surdo o rotulam como indivíduo incapaz de exercer funções diversas, das quais na verdade, os principais causadores do insucesso dos surdos são as relações interpessoais (DESSEN; BRITO, 1997).

A integração de surdos no mundo dos ouvintes é um trabalho demorado de conscientização sendo mais um desafio para os profissionais da psicopedagogia. No Brasil, embora os preconceitos ainda estejam muito presentes, permeando as relações entre deficientes e não deficientes é certo que uma nova postura diante dos cidadãos com deficiência está sendo gradativa, mas sistematicamente, assimilada pela sociedade (DESSEN; BRITO, 1997).

Os direitos que os deficientes possuem são exatamente os mesmos dos demais cidadãos, ocorrendo que para os deficientes exercerem parte desses direitos se torna indispensável à adoção de medidas especiais (ALMEIDA, 2015). Ressaltase que o exercício pleno do direito de ir e vir das pessoas com deficiência, quase sempre depende da retirada das barreiras ambientais (FRIAS, 2017).

Sendo assim, ao adquirir sua identidade o surdo tem a possibilidade de disseminar sua linguagem pelos locais que passa, pois por meio dessa que acontecerá sua comunicação, assim fazendo com que o direito de acessibilidade seja colocado em prática pela sociedade. Não existe uma escala de valores em relação ao mérito dos direitos das pessoas deficientes que devem ser observados, e cujo exercício deve ser assegurado para que a sua inclusão seja garantida, sendo impossível abrir mão de um deles, sem prejuízo de todos (FRIAS, 2017).

O exercício dos direitos deve ter garantia de forma integrada aos demais cidadãos. Entretanto, é fato que o surdo deve ter total conhecimento da língua oral e escrita, assim como não é menos fato que não se deve desmerecer o seu próprio patrimônio linguístico, pois a influência da surdez sobre o indivíduo cria características particulares que vão desde o desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social (FRIAS, 2017).

Na perspectiva da educação do Brasil. a escola deve promover acessibilidade ao ensino e permanência sem distinção em qualquer sentido, assim como, modos de respeito à di-

versidade e as especificidades de seus alunos na plena significância de suas ações políticas, institucionais e didático-pedagógicas (ALMEIDA, 2015). Diante disso, e considerando a inserção crescente do alunado surdo nas instituições de ensino é preciso que a escola os conceba não apenas como sujeitos presente nesses espaços, mas, como pessoas constituídas de direitos, com especificidades próprias no modo de conceber o mundo, de se comunicarem e, sobretudo, na maneira de serem ensinados e de adquirem conhecimento (FERNANDES, 2012).

Logo, é importante a formação continuada de professores e com isso descontruir o cenário atual das escolas que não ofertam condições favoráveis ao aprendizado do aluno surdo, tendo em vista que as barreiras associadas à comunicação entre o aluno surdo e o professor ouvinte acabando prejudicando sua formação. Este conceito emerge do contexto atual da educação de surdos, no qual a perspectiva bilíngue se desencadeia e dá suporte as ações educacionais da educação de surdos (BRAYNER, 2016).

Se nas escolas, porventura, forem desprezados esses aspectos pode gerar conflitos de ordens pedagógicas, sociais e psicológicas, ocasionado o fracasso escolar desses alunos. Portanto, cabe ao professor ter consciência de sua responsabilidade e contribuição no seu trabalho à educação de surdos quanto uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (LUCHESI, 2012).

Sendo assim, não se vê uma descrição maior significado, se não a de que, o desenvolvimento no espaço social e escolar do sujeito surdo está ligado de modo íntimo com a escola, associado à condição de estímulos a utilização de sua língua natural e o ao efetivo uso dela pelo professor, concebendo o aluno surdo como pessoa, como sujeito em desenvolvimento e dotado de direitos (BAGGIO; CASA NOVA, 2017).

E se tratando do valor que a formação continuada traz ao professor, este profissional, ao fazer parte deste universo, possui habilidade de construir métodos apropriados para alcançar o propósito de ensino e de aprendizagem levando em consideração a diferença entre o surdo e o ouvinte na escola. Portanto, cada vez mais é preciso que os professores conheçam, estimulem e utilizem a LIBRAS na educação dos surdos (LUCHESI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, historicamente, as escolas têm excluído os alunos surdos, apenas oferecendo a aquisição da linguagem escrita e oral nas salas de aula de ensino regular. Diante disso, o desafio que se enfrenta é o de transformar a escola de todos para todos em uma instituição igualitária, renovando suas práticas pedagógicas para atende os desafios que chegam a sociedade, na formação de um sujeito pleno de seu compromisso.

A inclusão do surdo no EF ocorre por meio de uma interprete que traduz para LIBRAS os conteúdos ministrados pelo professor e avalia o aluno. Deste modo, o papel do professor junto com o interprete é o de conseguir realizar o processo de inclusão do surdo. Neste sentido, a formação continuada precisa estimular nos professores a apropriação de novos saberes, atribuindo a estes profissionais uma autonomia interativa e contextualizada que permita que suas ações sejam transformadas.

A educação continuada é um conceito de contínua aprendizagem, prega a atualização constante do profissional em todas as áreas de sua vida: acadêmica, pessoal ou profissional. Portanto, a educação continuada, trata-se de uma aplicação prática da máxima que diz que nunca é tarde para que se aprenda algo novo.

Embora seja um termo bastante difundido, muitos profissionais não ao aplicam no dia a dia. A maior parte dos profissionais, apesar de terem conhecimentos sobre o termo, não o aplicam no dia a dia. Entretanto, é importante encarar a educação continuada como uma oportunidade para evoluir sempre.

A formação continuada de professores pautada na prática dialógica significativa, com base em uma perspectiva sócio histórica da linguagem somado as condições que favorecem a profissão, como as condições de trabalho, o ambiente, os recursos materiais, etc. podem se configurar em uma alternativa na promoção da qualidade de ensino e, deste modo, ressignificar a vida profissional dos docentes, de maneira, a empoderá-los, fazendo com que este profissionais de fato se reconheçam como sujeitos ativos no seu processo de formação. Além disso, a educação continuada se constitui em um importante meio para garantir a instrumentalização, o suporte, a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimentos para ancorar a atuação do professor.

Portanto, a formação continuada deve ser considerada como um permanente processo de aperfeiçoamento dos sabes fundamentais ao exercício da docência, realizado durante a vida profissional, com intuito de garantir uma efetiva ação docente que promova uma aprendizagem significativa. Como parte da formação profissional ela deve ser dada ao longo de sua atuação, para que possa possibilitar um sentido novo a prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e ressignificar o trabalho do professor.

CONTINUIND EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF THE INCLUSION OF THE DEAF IN ELEMENTARY EDUCATION II

ABSTRACT

The inclusion of the deaf in Elementary Education has faced several challenges, including the difficulty of interaction, communication between peers and the lack of teacher training to work with these students. The school needs trained professionals with initial and continuing training that includes teaching and specific knowledge regarding the schooling of the deaf. The main objective of this research work is to discuss the importance of continuing teacher education for the inclusion of the deaf in Elementary School II. Aiming to meet the main objective, the methodology used in the construction of this study is based on the technique of data collection through a bibliographic investigation that consists of the theoretical basis of materials that have already become public. In this context, and bearing in mind that educational reforms point to new professional demands, continuing education in LIBRAS emerges as a constant redefinition of teaching practice

Keywords: LIBRAS; Deaf; Inclusion; Continuing training.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane J.F.; VITALINO, Célia R. A disciplina de LIBRAS na formação inicial de pedagogos: experiência dos graduandos. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/24 29/582>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ALMEIDA, Wolney G. Educação de surdos: Formação, estratégia e prática docente.

1. ed. Ilhéus: Editus, 2015.

ALVES, Elizabete G.; FRASSETTO, Silvana S. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. In. Revista Aletheia v. 46, n. 1, 2015, p. 211-221.

BAGGIO, Maria A.; CASA NOVA, Maria G. Libras. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DESSEN, Maria A.; BRITO; Ângela M. W. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. In. Paidéia. v. 1, n. 12, 1997, p.. 111134.

FERNANDES, Sueli. Educação de surdos. 1. ed. Curitiba; InterSaberes, 2012.

FRIAS, Adrieli A.S. Inclusão Social dos deficientes auditivos: Fundamentos jurídicos e aspectos sociais acerca da acessibilidade dos surdos. 2017. Disponível em: <http://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-1497468925797 5.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

HONORA, Márcia. Inclusão educacional de alunos com surdez: concepções e alfabetização. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LACERDA, Cristina B.F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos. 1. ed. São Carlos, 2013.

LAPLANE, Adriana. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. In. Educação e Sociedade. v. 27, n. 96, 2006. p. 689-715.

MACHADO, Lucyenne M.C.V. Professores de surdos: educação bilíngue, formação e experiências docentes. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

NORONHA, Samanta C C.; COELHO, Irene S. Formação do professor para inclusão do aluno surdo. In. UNISANTA Humanitas: Reflexões e Práticas de Ensino. v. 5, n. 3, 2016, p. 283-290.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8.Ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2010.

SILVA, Maria O.L.; CABRAL, Carmem L.O. Formação Continuada: Desenvolvimento profissional de professores na escola. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.